

PLANO DE ATIVIDADES DO SPN PARA 2016

“Se estivermos no Algarve e quisermos ir à serra da Estrela, primeiro temos que subir a serra do Caldeirão.”

(autor anónimo, em data desconhecida e parte incerta)

- **NÃO HÁ MAL QUE SEMPRE DURE**

O plano de atividades do SPN para o ano que agora finda, terminava com o seguinte desejo:

“Esperemos que a luta sindical e as eleições legislativas do próximo ano possam marcar um ponto final neste longo calvário de retrocesso económico, social e sindical.”

Os resultados das recentes eleições para a Assembleia da República não traduziram todo o descontentamento manifestado pelos professores durante os últimos anos, nem criaram as condições políticas suficientes para a mudança que o SPN considera necessário fazer no sistema educativo, mas garantiram o indispensável, ou seja, o fim do pior governo e do pior ministro da educação depois do 25 de Abril, não só no plano político, mas também no plano ético. Mesmo ao cair do pano, os episódios da devolução da sobretaxa e a culpabilização dos professores por não terem aderido ao programa de rescisões amigáveis mostraram até à náusea que, desde o princípio ao fim, este governo fez da mentira a principal arma da sua prática política. A sua queda, portanto, não pode deixar de ser um motivo de grande alívio.

- **O CAMINHO FAZ-SE CAMINHANDO**

A elaboração deste plano de atividades coincide no tempo com o desfecho do longo e difícil parto de um governo do Partido Socialista sustentado parlamentarmente pelos partidos à sua esquerda. Esta solução governativa, inédita na história política portuguesa, assenta no compromisso de acabar com o ciclo de austeridade e empobrecimento (através da reposição dos salários, das pensões e das prestações sociais) e no pressuposto de que este caminho é possível, apesar dos constrangimentos decorrentes do asfixiante serviço da dívida e das apertadas regras orçamentais impostas aos países da zona euro, fatores determinantes para a velocidade que se pode imprimir ao degelo da austeridade. Sendo certo que a viabilidade desta orientação está ensombrada por muitas dúvidas que só o tempo dissipará, também não é menos certo que ainda não existe a força

social e política necessária para percorrer um trajeto diferente, nem a convicção de que os custos da saída do euro sejam inferiores aos custos da permanência.

- O QUE É VELHO ESTÁ MORTO AINDA QUE O NOVO NÃO TENHA NASCIDO

Apesar de todas as nuvens que possam pairar no horizonte, neste final de Outono abriu-se uma janela de esperança e, sobretudo, fechou-se a porta a uma política de transferência dos rendimentos do trabalho para os rendimentos do capital e a um programa de Estado mínimo para os pobres e de Estado máximo para os ricos. A sua estratégia de aumentar a competitividade da nossa economia através da redução dos salários e da precarização do trabalho só chegaria ao fim quando mais nenhum outro país tivesse salários mais baixos e menos direitos laborais. No plano educativo, a continuação deste governo teria consequências ainda mais desastrosas para a escola pública e a profissão docente. Eram objetivos declarados no programa do seu governo nado-morto rever a Lei de Bases do Sistema Educativo e concretizar a sua reforma do Estado no sentido de abrir completamente o caminho para uma maior privatização das respostas educativas, a implementação da municipalização da educação em todos os concelhos do país, o empobrecimento do currículo escolar através da proliferação de cursos vocacionais, a criação da carreira de gestor, o alargamento dos concursos de base local, a diminuição do número de professores pela aplicação da chamada requalificação e o abaixamento dos salários através da aprovação da tabela remuneratória única.

- MAIS VALE UM PÁSSARO NA MÃO DO QUE DOIS A VOAR

Por tudo isto e muito mais, são grandes e naturais as expectativas criadas sobre o desempenho do novo governo. O SPN, que continuará a praticar um sindicalismo apenas subordinado ao partido dos professores, também encara com algum otimismo este novo ciclo político, na esperança de que o recém-criado governo seja, por necessidade, mais aberto ao diálogo, mais flexível na negociação e mais sensível à contestação, e assim se possa começar a reverter o retrocesso verificado nos últimos dez anos. Se esta anunciada vontade política do novo governo saltar do papel para a realidade, teremos pela frente um trabalho construtivo e rigoroso, responsável e participado, de identificação de problemas, definição de prioridades, negociação de soluções e construção de consensos. Este cenário, a concretizar-se, vai exigir dos sindicatos a apresentação de propostas bem fundamentadas e a preocupação de não deitar o bebé fora, juntamente com a água do banho.

- QUEM NÃO TRAÇA METAS JAMAIS ALCANÇA OBJETIVOS

Dentro deste espírito, a nossa intervenção sindical será orientada por três eixos fundamentais:

- A defesa de uma escola pública de qualidade, ao serviço do desenvolvimento integral de todos os cidadãos;

- O fim do atual modelo de gestão unipessoal, centralizador e autoritário, e sua substituição por uma gestão democrática e partilhada;

- A melhoria das condições de trabalho e de vida dos professores, reforçando a sua identidade profissional e dando-lhes o tempo necessário para que possam ser profissionais autónomos e reflexivos.

- SEM PRIORIDADES, OS SONHOS NÃO SE TORNAM REAIS

Destas traves-mestras para a nossa ação decorre uma longa agenda sindical, onde assumirão especial importância, pelo seu impacto na qualidade do sistema e do trabalho nele desenvolvido, as iniciativas relacionadas com os seguintes objetivos: revisão do atual estatuto do ensino particular e cooperativo, para se reafirmar o papel central da escola pública e o carácter supletivo das respostas privadas; reposição da percentagem do PIB dedicado à Educação antes do programa da troika, que possibilite uma rápida reposição do valor integral dos salários, o descongelamento da progressão nas carreiras e o fim da mobilidade especial; criação de uma Lei do Financiamento da Educação, que estabeleça claramente as fontes, as obrigações, as responsabilidades e os critérios do financiamento que é devido às escolas públicas e às privadas ou cooperativas com justificado contrato de associação; negociação de um verdadeiro processo de descentralização do sistema educativo, preservando a autonomia de decisão das escolas e concretizando o envolvimento da comunidade educativa através da criação de conselhos locais de educação; recuperação da matriz democrática de gestão das escolas, revogando as alterações introduzidas pelo decreto-lei 75/2008; extinção dos mega-agrupamentos, restabelecendo unidades escolares mais pequenas e com maior identidade; clarificação do conteúdo de cada uma das componentes do horário de trabalho, considerando como letiva toda a atividade realizada com alunos e que esteja direta ou indiretamente relacionada com a sua componente curricular, incluindo integralmente o tempo para reuniões na componente de estabelecimento, e acrescentando à componente não letiva de trabalho individual, e não à componente de estabelecimento, a redução da componente letiva a que o docente tenha direito em função da idade; redução do número de alunos por turma e fixação de limites máximos quanto ao número de turmas, níveis e programas por professor; aprovação de um regime específico de aposentação para os professores que tenha em consideração o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da profissão e garanta a indispensável renovação geracional; correta aplicação da diretiva comunitária que visa evitar abusos e discriminações no recurso à contratação a termo, através da consequente vinculação de quem tem três anos de serviço; alteração do atual regime de concursos para colocação de professores, instituindo um concurso único, de carácter nacional, ordenando os candidatos pela sua graduação profissional, fixando critérios adequados e claros para a abertura de lugares de quadro em função das reais necessidades das escolas, extinguindo a BCE e pondo fim ao conceito forçado de horário-zero; negociação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho para os docentes do ensino particular e cooperativo que aproxime as suas condições de exercício da profissão das que se aplicam no ensino público; promoção de debates alargados em torno da valorização da educação

pré-escolar, da educação especial, do ensino artístico e do ensino profissional, da necessária reorganização do 1.º Ciclo, das ofertas formativas alternativas e da identidade do ensino superior.

- REINVESTIR NO ENSINO SUPERIOR E NA CIÊNCIA

No Ensino Superior a política do anterior governo caracterizou-se pela redução brutal e continuada do orçamento para as universidades, politécnicos e centros de investigação. Os cortes no financiamento traduziram-se numa atrofia das diversas instituições e, ao nível da investigação, ao completo descrédito do Ministério e da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a criação de um Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior representa o reconhecimento das especificidades do sector e deve ser realçada a declaração do Ministro sobre a política de financiamento da investigação. Os problemas do sector situam-se essencialmente ao nível do financiamento quer do ensino quer da investigação, mas também da ação social escolar. O número de estudantes que abandonam o ensino superior por razões financeiras tem vindo a aumentar tornando essencial uma inversão de política no sentido da promoção de uma maior equidade no acesso. Ao nível dos docentes, a ciberburocratização tem-se traduzido num aumento da carga de trabalho individual, a que se junta um feroz clima de competição que emana dos Regulamentos de Avaliação de Desempenho dos Docentes. Assim sendo, importa aumentar a participação dos docentes no sentido de pressionar o Governo para mudar a legislação em direção a uma gestão mais democrática das instituições de ensino superior.

- QUEM SABE FAZ A HORA, NÃO ESPERA ACONTECER

Do céu, só a chuva e seus derivados, caem de graça. Se esperarmos sentados, nada acontecerá. Uma conjuntura política mais favorável poderá aumentar a nossa margem de manobra no plano institucional, mas será insuficiente se, ao mesmo tempo, não formos capazes de aumentar a força da nossa razão, da nossa participação e da nossa mobilização. A eficácia do Sindicato, como motor deste processo de envolvimento dos professores, depende, em primeiro lugar, da credibilidade e exequibilidade das suas propostas. No entanto, as ideias só se transformam em forças materiais quando são incorporadas pelos sujeitos a quem elas interessam. Esta solidificação só pode acontecer através do trabalho de ligação às escolas.

- SEM OVOS NÃO SE FAZEM OMELETES

No trabalho de ligação às escolas existem dois elementos essenciais: o delegado sindical e o dirigente responsável pelo acompanhamento de cada escola. A eleição de delegados, de modo a reforçar uma rede que tem melhorado, mas ainda continua débil, assim como o apoio ao seu trabalho nas escolas, com materiais adequados e informação pertinente, continuará a ser uma tarefa essencial no ano de 2016. É necessário realizar uma sistemática sensibilização dos sócios para a importância da função de delegado sindical e pensar a melhor forma de aproveitar a

legislação sindical no sentido de conseguir alguma redução da componente não letiva para o exercício desse cargo. É também necessário que os delegados sindicais usufruam de um serviço de apoio mais institucionalizado, sistemático e personalizado, sobretudo ao nível da formação e informação, que lhes dê maior capacidade de intervenção e, conseqüentemente, maior segurança e motivação.

- O QUE OS OLHOS NÃO VÊEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE

O outro pilar deste trabalho de ligação às escolas é a rede de dirigentes responsáveis pelo seu acompanhamento. Prosseguiremos o caminho já iniciado de dar maior formalidade e conteúdo a esta função, tornando estes dirigentes efetivos intermediários da Direcção junto dos sócios. Isso passa por alguns simples procedimentos, tais como, cada responsável publicitar essa sua função aos sócios que acompanha, adquirir os seus contactos para envio regular de informação e esclarecimento de dúvidas e realizar trimestralmente uma reunião sindical. Para dar maior importância e responsabilidade a esta função, talvez se justificasse que o acompanhamento de escolas fosse o primeiro critério na distribuição anual dos créditos sindicais. A tarefa central dos dirigentes com redução no horário de trabalho continuará a ser, na proporção dessa redução, o trabalho de ligação aos professores das centenas de escolas que compõem a rede escolar da nossa área geográfica, realizando as reuniões sindicais que forem necessárias, assim como o apoio e o atendimento individualizado aos sócios das escolas que acompanham, disponibilizando o seu endereço de correio electrónico sindical, assim como o seu horário de presença numa das 15 delegações do SPN. O envolvimento dos dirigentes sem redução na vida interna do sindicato continua também a ser um desejo não realizado, o que justifica novamente a recomendação de que se convoquem mensalmente, em cada área sindical, reuniões para todos os dirigentes e delegados e se encontrem estratégias imaginativas que tornem sedutor o contexto desse acontecimento.

- A BUSCA DA QUALIDADE É A PRINCIPAL LEI DA SOBREVIVÊNCIA

O atendimento a sócios, presencial, telefónico ou via mail, continuará a ser uma atividade central no quotidiano do sindicato. O aumento da conflitualidade nas escolas, conjugado com a produção avulsa e dispersa de legislação, tem provocado uma crescente pressão sobre este serviço. Como resposta, foram decididas algumas medidas que visam um melhor ajustamento a esta situação, tais como: o reencaminhamento de chamadas telefónicas para as delegações, sempre que os telefones da sede estejam todos ocupados; o envolvimento de todos os dirigentes que acompanham escolas na resposta às questões de natureza político-sindical; um fórum digital, chamado GAS, para discussão e ajuda entre os funcionários e os dirigentes mais ligados a esta função; um canal único, chamado INFORSÓCIOS, para entrada de perguntas e saída de respostas; um encontro semanal, por teleconferência, entre responsáveis do departamento jurídico e todos os funcionários de apoio a sócios; e um manual de consulta, permanentemente atualizado, com esclarecimentos sintéticos sobre os assuntos mais solicitados. Alguns destes procedimentos e instrumentos já estão em fase

de experimentação e espera-se que a sua consolidação em 2016, assim como o reforço de meios e horas na equipa de advogados, tragam mais rapidez e qualidade a este serviço.

- APRENDER, APRENDER, APRENDER SEMPRE

Outro importante serviço proporcionado aos sócios é a formação contínua gratuita, compensando assim o não cumprimento dessa obrigação pela entidade empregadora. Reafirmando a nossa firme convicção no princípio de que a formação é um direito e não um negócio, não abdicando do cumprimento desse dever patronal legalmente consagrado e continuando a denunciar essa vergonhosa omissão da administração educativa, mas, dada a sua enorme importância para o nosso desenvolvimento profissional, prosseguiremos em 2016 com a realização de 21 ações de formação contínua creditada, sobre temas de grande pertinência e atualidade pedagógica, como a indisciplina ou a supervisão pedagógica, e 26 seminários temáticos acreditados como formação de curta duração, umas e outros com maior cobertura geográfica e maior diversidade temática, e cuja identificação, calendarização e localização serão divulgadas aos sócios, logo que estejam completamente definidas.

- SE A MONTANHA NÃO VEM A MAOMÉ, ENTÃO MAOMÉ VAI À MONTANHA

2016 será também um ano em que daremos especial visibilidade ao Primeiro Ciclo, através de uma operação chamada “Roteiros do Primeiro Ciclo”, através da qual se pretende dar destaque, durante um mês em todas as regiões, aos problemas que mais afetam as escolas e os professores, através da voz dos diversos membros da comunidade educativa e complementando esta iniciativa com a realização de plenários para professores deste sector, em todas as áreas sindicais.

- A ÚNICA MANEIRA DE FAZER UM BOM TRABALHO É AMANDO O QUE SE FAZ

Para além deste plano geral, cada Delegação desenvolverá iniciativas próprias, cuja descrição integral tornaria este documento ainda mais fastidioso, referindo-se, apenas como exemplo, algumas das que estão previstas em Viana do Castelo: atividades educativas em escolas do pré-escolar e do 1ºCEB, em parceria com a Associação Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril; dinamização do *Espaço Madruga*, de usufruto gratuito para os filhos dos sócios; criação de um espaço individualizado, com um computador, à disposição dos sócios; produção de crónicas “*Vida de Professor*”, na imprensa local e na Revista do SPN; criação de diários pelos professores “*A minha vida de professor ao longo de uma semana de trabalho*”; sessões de esclarecimento sobre os concursos, na sede do SPN, dirigido aos professores e alunos finalistas da Escola Superior de Educação; sessão “*O que é o sindicalismo?*”, na Escola Superior de Educação, dirigido aos alunos finalistas; e visitas a escolas para sensibilização informal e preparação das reuniões sindicais.

- TODA A LIBERDADE NA DISCUSSÃO E TODA A UNIDADE NA ACÇÃO

No plano nacional, estão agendados dois importantes acontecimentos sindicais, cuja preparação e realização exigem o nosso empenhado envolvimento: o XIII Congresso da CGTP-IN, nos dias 26 e 27 de Fevereiro, em Almada, que terá como lema «*Emprego com direitos, Soberania e Progresso Social*» e o XII Congresso Nacional dos Professores, a decorrer nos dias 29 e 30 de Abril, no Porto, sob o lema «*Valorizar a Profissão e Reafirmar a Escola Pública*».

- SEM FESTA, A LUTA É MAIS DIFÍCIL

Festejaremos, como sempre, o Dia Internacional da Mulher, o 25 de Abril, o 1.º de Maio, o Dia do Professor e o aniversário do SPN, com convívios (des)centralizados, uma campanha de sindicalização nas maiores escolas dos diversos concelhos, durante as manhãs de 17 e 18 de Novembro e uma sessão aberta aos sócios, neste último dia, às 18h, proporcionando-lhes um tempo para (re)visitar a história da constituição do SPN e (re)avivar os princípios e valores que o norteiam. Oxalá que os resultados entretanto obtidos nos dêem motivos de sobra para comemorar estas datas com redobrada alegria.

Porto, 17 de Dezembro de 2015.